



## COMÉRCIO E SERVIÇOS NO ESPAÇO URBANO REGIONAL

Trade and services in regional urban area  
Comercio y servicios em el espacio urbano regional

Rita de Cássia da Conceição Gomes<sup>1</sup>

### RESUMO

Texto apresentado em mesa de debate durante a realização do III Seminário Regional sobre comércio, consumo e cultura nas cidades, ocorrido em Sobral-CE. Tem como objetivo principal discutir as mudanças no espaço urbanorregional decorrentes da dinâmica das atividades de comércio e serviços, vivenciada em cidades do Nordeste brasileiro. Como vetores principais dessas mudanças foram considerados: o fortalecimento da economia das cidades, a expansão dos serviços de saúde e a expansão do ensino técnico e universitário. A análise dos referidos vetores, orientada por leituras e pesquisas empíricas realizadas em cidades nordestinas, principalmente em cidades do Rio Grande do Norte, conduziu a reflexões de caráter conclusivo que aponta para a redefinição dos papéis urbanos das cidades médias e pequenas. Essa redefinição, apoiada na dinâmica do comércio e dos serviços, favorece a reprodução do capital que, por meio da dialética homogeneização/diferenciação, cria e recria as condições favoráveis à produção capitalista do espaço.

**Palavras-chaves:** Comércio; Serviços; Dinâmica urbanorregional.

### ABSTRACT

Text presented at a discussion table during the III Regional Seminar on trade, consumption and culture in cities, held in Sobral-CE. Its main objective is to discuss changes in the urban-regional space resulting from the dynamics of trade and services activities, experienced in cities in the Brazilian Northeast. As main vectors of these changes were considered: the strengthening of the economy of the cities, the expansion of health services and the expansion of technical and university education. The analysis of these vectors, guided by readings and empirical researches carried out in Northeastern cities, mainly in cities of Rio Grande do Norte, led to conclusive reflections that point to the redefinition of the urban roles of medium and small cities. This redefinition, supported by the dynamics of trade and services, favors the reproduction of capital which, through the dialectic homogenization / differentiation, creates and recreates the conditions favorable to the capitalist production of space.

**Keywords:** Commerce; Services; Urban-regional dynamics.

### RESUMEN

Texto presentado en mesa de debate durante la realización del III Seminario Regional sobre comercio, consumo y cultura en las ciudades, ocurrido en Sobral-CE. Tiene como objetivo principal discutir los cambios en el espacio urbano regional decurrentes de la dinámica de las actividades de comercio y servicios, vividas en ciudades del Noreste brasileño. Como direcciones principales de esos cambios fueron discurridos: el fortalecimiento de la economía de las ciudades, la expansión de los servicios de salud y la expansión de la enseñanza técnica y universitaria. El análisis de los referidos segmentos, orientada por lecturas e investigaciones empíricas realizadas en ciudades nordestinas, principalmente en ciudades del Río Grande del Norte, condujo a la reflexiones de carácter conclusivo que apunta para la redefinición de las funciones urbanos de las ciudades medias y pequeñas. Esa redefinición, apoyada en la dinámica del comercio y de los servicios,

<sup>1</sup> Professora titular do curso de geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: ricassiacg@gmail.com

favorece la reproducción del capital que, por medio de la dialéctica homogeneización/diferenciación, crea y vuelve a crear las condiciones favorables a la producción capitalista del espacio.

**Palabras claves:** Comercio; Servicios; Dinâmica Urbano Regional.

## INTRODUÇÃO

Não faz parte somente do mundo globalizado a relação entre a cidade e o comércio. Desde o seu nascedouro, que a cidade mantém uma relação intrínseca com o comércio, apresentando-se como uma atividade tipicamente urbana. A questão de referência é o entendimento de que a dinâmica do comércio e dos serviços se constata em todos os ambientes citadinos, de modo que a relação intrínseca existente entre cidade e comércio se explicita claramente na paisagem dos espaços de comércio existente nas cidades. Para Salgueiro; Cachinho, 2009, p. 9

As relações entre o comércio e a cidade perdem-se no tempo. Se nem todas as cidades são 'filhas do comércio' como propôs o historiador Henri Pirenne, em nenhuma civilização a vida urbana floresceu sem a presença das trocas. O comércio faz parte da razão de ser da cidade.

O pensamento dos autores é uma referência importante para o entendimento da dinâmica espacial que se presencia no contexto urbanorregional. Isto porque, a cidade no capitalismo apresenta-se como um centro de comando do processo de produção do espaço por meio do qual promove e articula a divisão espacial e social do trabalho, ao mesmo tempo em que também articula a rede de cidades, independente da dimensão por elas apresentadas. (CARLOS, 1982, 106). Essa articulação se torna mais evidente por meio da relação entre o comércio e a cidade, a qual ao extrapolar o território da cidade promove a dinâmica urbanorregional.

A partir dos anos 2000, no Nordeste brasileiro, essa dinâmica urbanorregional passou por mudanças expressivas, motivadas pela expansão e dinamismo do comércio e dos serviços que ocorreu nas cidades, independentes do tamanho demográfico por elas apresentado. Essa expansão, não apenas mudou a paisagem urbana das cidades, mas principalmente redefiniu os papéis urbanos desempenhados pelas cidades, reduzindo, por conseguinte, a primazia das grandes e médias cidades no contexto urbanorregional, tendo em vista a emergência de novas funções que passaram a ser desempenhadas pelas pequenas cidades, como assinala (ENDLICH, 2009). Mais do que chamar a atenção, essas mudanças colocam o seu entendimento como um desafio, visto que novas relações sociais passaram a fazer parte da produção do espaço, ainda que as relações tradicionais e arcaicas não tenham sido totalmente extintas. Porém, já não se efetuam com tanta intensidade.

Dessa forma, para efeito de análise dessas mudanças três vetores foram considerados fundamentais: fortalecimento da economia das cidades, expansão dos serviços de saúde, e a expansão do ensino técnico e universitário.



## FORTALECIMENTO DA ECONOMIA DAS CIDADES

O Nordeste brasileiro, com exceção do período áureo do algodão, apresentou-se ao longo da história como a região protagonizadora da problemática social brasileira, tendo em vista a proeminência da pobreza no contexto social. Diante dessa realidade, aviltada a cada período de seca, diversas políticas de conteúdo social foram implementadas pelos governos nas suas várias escalas, sendo as políticas promovidas pelo governo federal as de maior amplitude espacial. Em todas elas o escopo era basicamente o mesmo: o combate à pobreza e os efeitos danosos provocados a cada período de estiagem prolongada, com destaque para a fome, a falta de acesso a bens e serviços e a falta de moradia.

Até o governo Lula, que tem início em janeiro de 2003, as políticas sociais de combate à fome e a miséria, assumiam um caráter temporário, ocorrendo, normalmente, nos períodos de seca. Desse modo, tais políticas se configuravam como medidas paliativas e paternalistas, além de contribuírem sistematicamente com a reprodução das estruturas de poder então vigente, graças aos formatos assumidos, como a distribuição de sextas básicas, adquiridas pelo governo em grandes redes de distribuição de alimentos, sem que as populações contempladas, tivesse qualquer liberdade para escolher, o que e onde comprar os produtos, que atendessem às necessidades básicas, ou não, de sua reprodução.

Outras formas de operacionalização de políticas de combate à fome e a miséria foram instituídas, principalmente nos períodos emergenciais, as quais, em seu conjunto, contribuíram concretamente para a concentração de renda, de modo que o combate à fome e à radicalização da pobreza não ocorreu. Ao contrário, a concentração de renda aumentou, reproduzindo, ainda mais, a situação de dependência dos trabalhadores, em especiais os rurais, em relação aos patrões, donos de terra, bem como em relação aos fornecedores de gêneros alimentícios básicos.

As políticas sociais desencadeadas a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso e mais especificamente no governo Lula, de modo especial o bolsa família, redesenharam e reescreveram uma nova história das políticas sociais no Brasil, embasada na redistribuição de renda, nas políticas compensatórias e nas aposentadorias rurais e de idosos. Essa nova realidade promoveu mudanças significativas do ponto de vista do indivíduo e também do ponto de vista da sociedade.

Do ponto de vista individual, o acesso ao consumo foi um dos mais significativos resultados, criando a possibilidade da escolha do produto e do local de compra por parte do consumidor. Essa afirmação não expressa o nosso desconhecimento de atos espúrios praticados por comerciantes locais, como a retenção de cartões de beneficiários das políticas, enquanto mecanismo de dominação. No entanto, cria a possibilidade de decisão por parte do beneficiário da política, proporcionando também uma nova condição ao indivíduo: a de consumidor.

O efeito na sociedade é resultante, diretamente, do efeito individual. Ao gerar uma nova categoria de consumidores, as políticas sociais de transferência de renda e, ou compensatórias, criaram condições favoráveis ao crescimento e expansão das atividades comerciais, bem como de diversos serviços, não apenas nas cidades maiores, mas também nas cidades pequenas, favorecendo assim a um maior dinamismo urbanorregional expresso pelo ir e vir das pessoas, aumento da circulação de mercadorias e principalmente pelo maior dinamismo na troca de idéias.

Os dados da tabela 01 nos ajudam a compreender as idéias expostas. Isto é, segundo os números apresentados fica nítido o aumento do poder de compra dos nordestinos, graças ao aumento substancial do rendimento médio mensal dos domicílios permanentes no período compreendido entre 2000 e 2010. Ainda que os referidos dados apresente o distanciamento dos números inerentes às regiões sudeste, centro-oeste e sul, consideradas as mais dinâmicas do Brasil, deixam nítida a liderança do Nordeste, no período anunciado, com relação ao crescimento do rendimento médio domiciliar, ultrapassando, inclusive a média nacional. Ressalte-se que a região Centro Oeste tem um dinamismo atrelado ao agronegócio, diferenciando da sudeste e sul que, além de contar com uma agricultura de elevado grau técnico são as regiões onde o setor industrial apresenta maior dinamismo.

**Tabela 01:** Brasil e grandes regiões.

**Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes (Reais)**

Região	2000 <sup>1</sup>	2010	Taxa de crescimento médio anual em %- 2000/2010
<b>Nordeste</b>	<b>790,46</b>	<b>1.369,51</b>	<b>5,6</b>
<b>Centro-oeste</b>	1.537,74	2,526,78	5,1
<b>Sul</b>	1.452,45	2.386,26	5,1
<b>Norte</b>	1.006,96	1.653,55	5,1
<b>Sudeste</b>	1.697,23	2.490,95	3,9
<b>BRASIL</b>	<b>1.372,51</b>	<b>2.127,33</b>	<b>4,5</b>

**Fonte:** Censos demográficos 2000- 20010.

Elaboração CEPLAN.

<sup>1</sup>Valores a preço de 2010, deflacionados pelo INPC.

O aumento dos rendimentos no âmbito dos domicílios particulares expostos na tabela 01 foi explicitamente retratado no contexto da economia das cidades, em especial no setor de comércio e serviços, principalmente naquelas cidades que historicamente se destacaram com centros regionais as quais, sem sombra de dúvidas foram as mais beneficiadas. Embora seja um número expressivo de cidades que se encontram nessa situação, destacamos as cidades: Caicó, Currais Novos, Pau dos Ferros e Mossoró, no Rio



Grande do Norte; Campina Grande, Cajazeiras e Patos na Paraíba; Crato, Juazeiro do Norte e Sobral, no Ceará; Garanhuns, Petrolina e Caruaru no Pernambuco, e tantas outras cidades nordestinas que passaram a ter uma economia urbana dinamizada, graças à circulação monetária advinda do pagamento referente aos diversos programas sociais.

Dentre os indicadores da dinâmica promovida pelas políticas sociais nas principais cidades dos estados Nordestinos podem ser citados: aumento no número de estabelecimentos comerciais, visivelmente perceptível na paisagem das cidades, mas muito pouco registrado em estatísticas oficiais; aumento no número de veículos a transitarem nas cidades em dias de pagamento e, principalmente aumento do fluxo de pessoas. É notório, que logo após o recebimento do benefício a que tem direito, o indivíduo dirige-se para as áreas comerciais, onde realiza a sua condição de consumidor, que no mundo capitalista assume um significado importante seja para a pessoa, seja para a sociedade.

No caso específico das cidades do Rio Grande do Norte, o dinamismo no setor de comércio ocorreu segmentos como: o de alimentos, destacando a expansão dos supermercados, a partir da formação de redes associativistas e da presença dos estabelecimentos do atacarejo, que se fazem presentes nas cidades de maior porte e principalmente nas capitais.

As redes associativistas ganharam destaques nas pequenas cidades, onde não se fazia presente nenhum supermercado de grande porte ou unidades de grandes redes de supermercado. Trata-se de redes constituídas por pequenos supermercados ou por mercadinhos, cujos donos se associaram para enfrentar a concorrência das grandes redes que atuam nas cidades de maior porte e nas capitais nordestinas. A presença das redes associativistas no contexto das pequenas cidades trouxe mudanças significativas nos hábitos de consumo, uma vez que, fazendo uso de equipamentos modernos, os supermercados associados passaram a oferecer maior diversidade de produtos aos consumidores, nos diversos segmentos e, por conseguinte mais opções de compra.

O atacarejo, assim denominado por vender tanto no atacado, quanto no varejo, apresentou uma expansão significativa, porém, nas maiores cidades do Nordeste. No entanto, embora a maior concentração ocorra nas capitais, unidades das redes Atacadão e Assaí já pode ser encontradas em diversas cidades do interior nordestino como: Campina Grande/PB, Mossoró/RN, Sobral/CE e outras cidades nordestinas, destacadas na rede urbana regional pela condição de centros regionais.

Os estabelecimentos do atacarejo, em virtude da condição de centros de abastecimentos de mercadorias, assumem um papel importante no contexto da reprodução do pequeno comércio, normalmente localizados nas áreas periféricas das principais cidades da região, bem como dos estabelecimentos localizados nas pequenas cidades do entorno.

Outro segmento que ganhou dinamicidade no contexto das cidades, decorrentes das políticas sociais foi o segmento de material de construção. O caminhar pelas cidades do interior do Nordeste permite visualizar uma realidade bastante interessante com relação ao uso de novos materiais disponíveis no comércio atrelado à construção civil. Nas áreas comerciais, materiais modernos como, o vidro, a cerâmica, o porcelanato e outros se fazem presentes nos estabelecimentos comerciais, em especial aqueles destinados à venda de produtos de uso pessoal, como roupa e acessórios. Porém, é válido assinalar que, a facilidade do crédito permitiu o acesso a melhores condições de moradia e, por conseguinte maior dinamismo do setor.

Seguindo a mesma lógica do associativismo, as farmácias/drogarias também se destacam como um segmento em expansão. Com uma proposta moderna, ou seja, de oferta ampliada de mercadorias, as drogarias estão presentes em todas as cidades. Ao contrário do que ocorria antes dos anos 2000, que tratava-se de um estabelecimento comercial existente apenas nas cidades maiores.

Porém, foi o segmento do vestuário aquele que mais apresentou dinamismo no contexto comercial das cidades. Atrelado aos novos hábitos de consumo da sociedade, o ramo da confecção ganhou notoriedade no setor produtivo do Nordeste e, por conseguinte no mercado de consumo. A preferência dada às roupas confeccionadas, configurou uma nova prática de consumo no âmbito das pequenas e médias cidades, onde a população recorria à compra do tecido para que as roupas fossem produzidas por costureiras autônomas. Essa prática traz consigo dois fatos importantes: o primeiro referente à redução de lojas de tecidos, chegando a desaparecer em algumas cidades, bem como a redução da profissão de costureira autônoma. Parte das pessoas qualificadas para a costura está atualmente nas fábricas de costura existente em várias cidades do RN.

O setor de confecções e adereços os quais tiveram um crescimento substancial nas cidades, independente de seu tamanho, embora segundo escalas diferentes, certamente teve por motivação as novas lógicas de consumo e a oferta excessiva de opções, colocando a aparência pessoal, como um aspecto fundamental na relação que a pessoa estabelece com ela mesmo.

Os serviços, também tiveram um crescimento significativo no contexto das cidades. Entretanto, aqueles cujo crescimento chamou mais a atenção, foram os serviços voltados à aparência e culto ao corpo. Estamos nos referindo ao segmento ligado à estética e aos cuidados pessoais como: salão de beleza e academias os quais apresentaram um crescimento de grande envergadura, em todo território nacional. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos -ALBIHPEC, o Brasil se apresenta no cenário econômico mundial como o terceiro maior mercado consumidor de produtos de beleza, sendo suplantado pela China e pelos estados Unidos.

Segundo o SEBRAE em 2012 existiam 155 mil salões de beleza em todo Brasil. Em 2016 esse número foi para quase 600 mil. Se por um lado esse crescimento expressa dinamismo econômico, por outro pode ser um indicador de desemprego, uma vez que grande parte desses estabelecimentos ainda se encontra na informalidade, em especial nas pequenas cidades; quanto às academias, segundo o SEBRAE existiam 9.300 academias 2007. Porém em cinco anos ocorreu um aumento de 133%, de modo que em 2012 o Brasil passou a contar com 21,7 mil academias. Em 2015, segundo pesquisa da IHRSA Global Report, divulgada em 2016, o Brasil já contava com 31.800 academias, atendendo cerca de sete milhões e 952 mil alunos.

Além dos serviços mencionados, também podem ser percebido aumento dos serviços de transportes, comunicações, financeiros, alugueis dentre outros. Merecem destaque os serviços financeiros, tendo em vista a expansão de correspondentes bancários em praticamente todas as cidades, proporcionando maior comodidade aos usuários desses serviços.

## SERVIÇOS DE SAÚDE

Outro vetor de mudanças importantes no contexto urbanorregional tem sido a oferta de serviços de saúde. A política de saúde brasileira veiculada pelo Sistema Único de Saúde - SUS criou espaços de referências propiciando, assim, o surgimento de serviços especializados, inseridos no universo da saúde. As cidades que assumiram a condição de centros de referência tiveram uma ampliação de seus papéis no setor de saúde, e, por conseguinte novas dinâmicas foram então evidenciadas promovidas pela instalação de clínicas especializadas, bem como de laboratórios, que por intermédio de convênios com as prefeituras municipais garantiam maior rapidez e comodidade à população local.

O resultado dessa nova realidade não impactou somente o setor de saúde. A atividade comercial foi bastante impactada com a expansão e crescimento da oferta de serviços de saúde. Especificamente destaca-se o seguimento de alimentação, com o surgimento de lanchonetes e restaurantes. Esses estabelecimentos tornaram-se importantes para aqueles que se deslocavam de suas cidades em busca de consultas e exames nas cidades referenciadas pelo sistema de saúde, bem como por atender às necessidades dos profissionais de saúde pertencentes ao Programa Saúde na Família que se deslocam para essas cidades, para fins do exercício profissional. Ao promover o movimento de pessoas de uma cidade para outra, a dinâmica do setor de saúde implementada via política do SUS promoveu também uma maior articulação do território urbanorregional.

## A EXPANSÃO DO ENSINO TÉCNICO E UNIVERSITÁRIO

A expansão do ensino técnico também foi vetor importante na dinâmica do comércio e dos serviços no contexto urbanorregional. Essa modalidade de ensino data do início do século XX com a assinatura do Decreto



nº 7.566 em 23 de setembro de 1909 que criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices em diferentes unidades da federação, com objetivo de ofertar o ensino profissional gratuito de nível primário. Essas escolas ficaram ligadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

Em 1937 é que o ensino técnico recebeu tratamento constitucional, sendo destinado às classes menos favorecidas. Com a assinatura da Lei 378 de 13 de janeiro, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Liceus Profissionais, que passaram a oferecer ensino profissional de todos os ramos e graus. No entanto, em 1942, cinco anos depois dessa mudança, os Liceus tornaram-se Escolas Técnicas Industriais que tinham por obrigação oferecer em nível secundário o ensino profissional, possibilitando aos alunos formados nos cursos técnicos a ingressarem no ensino superior.

A década de 1950 frente aos desafios de construção de uma sociedade atendida com o desenvolvimento industrial em 1959, as Escolas Técnicas Industriais passaram à condição de Escolas Técnicas Federais. Na essência dessa mudança estava a autonomia didática e de gestão das escolas.

Nos anos de 1970 mais uma mudança importante ocorreu na estrutura das escolas técnicas. Sendo então criados os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs. Entretanto, somente nos anos de 1990 é criado o Sistema Nacional de Educação Tecnológica em oito de dezembro de 1994, por intermédio da Lei nº 8.948, o ensino técnico durante muito tempo atendeu a um grupo muito seletivo de estudantes, sendo normalmente aqueles com maior desempenho na escola pública e aqueles oriundos de escolas particulares que tinha a pretensão de ingressarem nos cursos da área tecnológica em universidades públicas.

Esse conjunto de mudanças que ocorreram ao longo do tempo, credenciou o ensino oferecido pelos CEFETs, como um dos mais eficientes. No entanto, as escolas eram concentradas em algumas capitais. No Rio Grande do Norte essa centralização somente vai ser rompida 84 anos depois do início do ensino técnico no RN, com a criação em 1994, da primeira Unidade de Ensino Descentralizada - UNED da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte - ETEFRN na cidade de Mossoró, segunda maior cidade do estado, a contemplada pela política de interiorização da educação profissional.

Em 20 de novembro de 1996 é assinada a Lei 9.394, considerada como uma segunda Lei de Diretrizes e Bases LDB. Essa Lei dispõe, de forma específica, sobre a Educação Profissional e reconhece as competências adquiridas pelo ensino técnico fora do sistema escolar. Um ano depois, a educação profissional é regulamentada pelo Decreto 2.208/1997 que também cria o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP para fins de desenvolver ações integradas da educação com o trabalho, a ciência e a tecnologia, com objetivo de implantar um modelo de Educação Profissional, adequado às demandas do mundo do trabalho e às exigências tecnológicas modernas. Em 29 de dezembro de 2008 é aprovada a Lei nº 11.892 que criou a



Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Com a criação da RFEPT e dos IFs a educação profissional assumia o status de uma política pública de desenvolvimento social e regional, o que explica a sua importância para a educação técnica e profissional brasileira. Por outro, a criação da RFEPT foi também importante para a continuidade da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com o lançamento em 2005, após a aprovação de Lei 11.195 de 18 de novembro de 2005 da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2002 o Brasil possuía 140 *campi* do Instituto Federal. Em 2007, já no segundo mandato do governo LULA, ocorreu a segunda fase dessa expansão, tendo como meta a construção de 150 novas unidades. Durante os dois mandatos do governo Lula, 214 Institutos Federais foram construídos em todo território nacional. Ao final do governo Lula o número de Institutos Federais de ensino técnico no Brasil era de 354.

No governo de Dilma essa política teve continuidade, de modo que ao final do primeiro governo, em 2014, existiam no Brasil 562 Institutos Federais distribuídos por um número expressivo de cidades em todo território nacional independente do tamanho.

A região Nordeste do Brasil recebeu até 2014 um total de 145 unidades do Instituto Federal, (TABELA 02) localizadas em diversas cidades. Dentre essas cidades algumas são cidades consideradas pequenas pelo número de população, como é caso de Ipangaçu, no Rio Grande do Norte, que em 2010 possuía um pouco mais de 13 mil habitantes.

**Tabela 2:** número de *campus* dos institutos federais por estados do Nordeste.

ESTADO	INSTITUIÇÃO	Numero de <i>campis</i>
<b>Alagoas</b>	Instituto Federal de Alagoas	14
<b>Bahia</b>	Instituto Federal da Bahia	12
	Instituto Federal Baiano	15
<b>CEARÁ</b>	Instituto Federal do Ceará	32
<b>MARANHAO</b>	Instituto Federal do Maranhão	29
<b>PIAUI</b>	Instituto Federal do Piauí	16
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	19
<b>SERGIPE</b>	Instituto Federal de Sergipe	08
<b>TOTAL</b>		145

**Fonte:** MEC.

No Rio Grande do Norte, embora já tenha ocorrido uma expansão para o interior na década de 1990, com a implantação da Unidade de Mossoró, é no processo de expansão desencadeado a partir de 2003 que o ensino técnico ganhou uma dimensão espacial de grande envergadura, com a criação de 19 Institutos Federais, localizados em diversas microrregiões do RN, conforme pode ser visualizado a partir dos dados do quadro 01.



**Quadro 01:** Institutos Federais criados no RN no período 1994- 2013.

Campus	Ano de criação	Fase de expansão	Distância em KM Campus Central	Microrregião
Apodi	2007	II	328	Chapada do Apodi
Caicó	2009	II	280	Seridó ocidental
Canguaretama	2013	III	67	Litoral Sul
Ceará Mirim	2013	III	30	Macaíba
Currais Novos	2006	I	180	Seridó Oriental
Ipanguaçu	2006	I	224	Vale do Açu
João Câmara	2007	II	70	Baixa Verde
Lages	2013	III	114	Angicos
Macau	2007	II	176	Macau
Mossoró	1994	-	277	Mossoró
Natal – Cidade Alta	2009	II	-	Natal
Natal Zona Norte	2007	II	-	Natal
Nova Cruz	2009	II	102	Agreste Potiguar
Parelhas	2014	III	240	Seridó Oriental
Parnamirim	2010	II	RMNATAL	Natal
Pau dos Ferros	2009	II	430	Pau dos Ferros
Santa Cruz	2007	II	122	Borborema Potiguar
São Gonçalo do Amarante	2011	III	11	Macaíba
São Paulo do Potengi	2013	III	73	Agreste Potiguar

**Fonte:** pesquisa de campo.

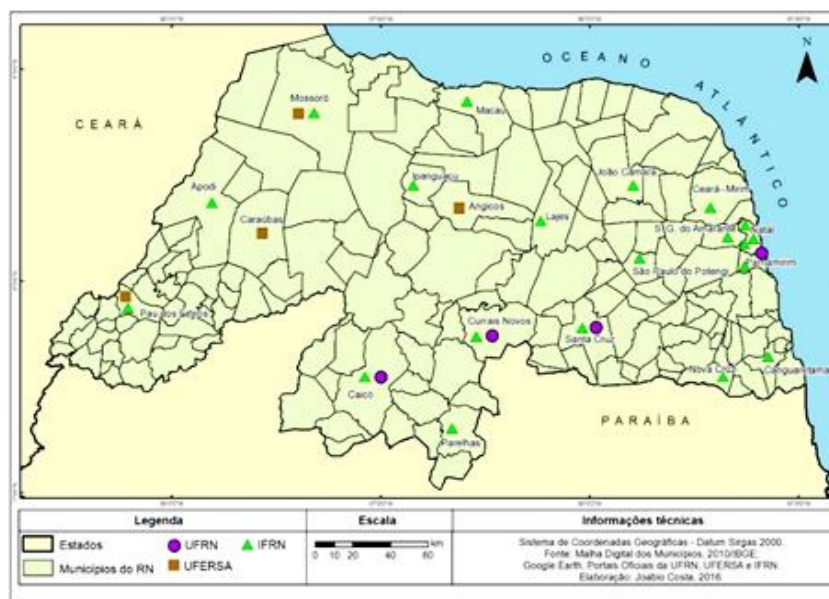
Os dados do quadro referenciado permitem fazer uma leitura que contempla a concentração e a seletividade espacial expressa pela localização geográfica dos institutos até 2003. Com o lançamento do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a expansão do ensino técnico no RN ganha outra dimensão. Embora a seletividade espacial não tenha sido rompida, percebe-se um movimento de descentralização, visto que os institutos, no caso do Rio Grande do Norte, espacializaram-se pelas diversas regiões do estado, (figura 1) promovendo novas dinâmicas socioespaciais nas cidades, sendo expressivas as mudanças no mercado imobiliário, o aumento e a expansão do comércio. Paralelo a esse movimento tem-se uma maior interação espacial dessas cidades com as demais de seu entorno.

Observando figura 01 constata-se uma dispersão considerável dos Institutos Federais no Rio Grande do Norte, estando os mesmos localizados nas quatro mesorregiões do estado: Oeste Potiguar, Central Potiguar, Agreste Potiguar e Litoral Potiguar. Além dos Institutos, a figura também mostra a distribuição espacial de outro vetor importante para as mudanças na dinâmica do comércio e dos serviços no contexto urbanorregional: a expansão do ensino universitário.

A expansão do ensino universitário também se consagra como um vetor importante processo analisado. Em todo o Nordeste essa expansão se fez presente. Ora pela criação de novas instituições, ora pela ampliação e descentralização das estruturas física, ora pela ampliação de vagas. Essa realidade é notória em vários estados.



**Figura 01:** Rio Grande do Norte – Expansão e interiorização das instituições de Ensino técnico e superior.



**Fonte:** Malha digital dos municípios IBGE-2010.

**Elaboração:** Joabio Cortez, 2016.

Para essa expansão foi fundamental a implementação do Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas Federais (REUNI) instituída por meio do Decreto presidencial de Nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Os objetivos do REUNI era expandir o acesso e garantir condições de permanência dos estudantes no ensino superior.

No Rio Grande do Norte, a expansão do ensino universitário se deu de sob as diversas formas elencadas: pela ampliação das estruturas físicas dos *campi* da UFRN no interior e também na capital; pela criação da Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA no interior do estado com sede na Cidade de Mossoró e com *campis* nas cidades de Pau dos Ferros, Caraúbas e Angicos; e ainda pela ampliação de vagas com a criação de novos cursos de graduação, além da ampliação dos cursos de Pós-graduação. O ensino à distancia também se configurou como uma forma importante de expansão do ensino universitário, uma vez que permitiu a formação de estudantes que não apresentavam as condições necessárias ao ensino presencial.

A expansão do ensino superior, bem como do ensino técnico se configurou como um dos vetores para o crescimento da atividade comercial e sua expansão, uma vez que fez emergir no âmbito das cidades contempladas por essas instituições uma classe consumidora diferenciada, com capacidade maior de consumo em virtude do maior poder de compra propiciado pelos salários pagos a professores e funcionários. Além do comércio, as mudanças evidenciadas no setor imobiliário são as que mais chamam a atenção, em face da procura por moradia e estadia por parte de professores, alunos e funcionários oriundos de outras cidades do Rio Grande do Norte, mas também de outros estados.

Semelhante ao comércio, o setor de serviços também teve crescimento atrelado ao surgimento do ensino técnico e universitário nas cidades, uma vez que as instituições não contam com funcionários para realização dos serviços de segurança, sendo necessária a contratação de terceirizados para o exercício de diversas funções como: motoristas, segurança, serviços gerais, copeira, dentre outras.

Tanto a dinâmica do comércio quanto a dinâmica dos serviços, assumem importância ímpar na dinâmica urbanorregional em que se insere as cidades onde os estabelecimentos de ensino técnico e universitário encontram-se localizados.

## **SEM A PRETENSÃO DE CONCLUIR**

Diante do exposto coloca-se para discussão o entendimento a respeito do contexto atual da dinâmica dos serviços e do comércio no contexto urbano e regional, considerando a expressividade da expansão das relações capitalistas capitaneadas pela globalização e financeirização, que ocorrem nos mais diversos lugares, independente da dimensão espacial ou populacional.

E nesse contexto, entende-se que a expansão das atividades de comércio e serviços reafirma as relações existentes no âmbito regional, historicamente estabelecidas, ao mesmo tempo em que constroem novos arranjos urbanos, resultante do maior dinamismo da economia das cidades nas mais diversas escalas. Esses novos arranjos, associados aos novos processos que articulam o espaço urbanorregional, contribuem para a redefinição dos papéis urbanos desempenhados pelas cidades em seus espaços regionais.

Sendo assim, pode-se afirmar que tanto a dinâmica do comércio, quanto a dos serviços, articulados às práticas de consumo, por meio de sua leitura à luz do instrumental geográfico, permitem compreender as articulações entre as escalas geográficas e os diferentes agentes que promovem a (re)produção do espaço. Nesse sentido, pode-se dizer que existe uma dinâmica urbanorregional complexa, que se redefine cotidianamente a partir de novas lógicas de reprodução do capital, as quais colocam o consumo como o motor do desenvolvimento e expansão do comércio e dos serviços, enquanto setores importantes para o desenvolvimento econômico das cidades reproduzidas sob as determinações de processos que, se por um lado homogeneiza os espaços, por outro os tornam mais diferentes do que nunca.

E nesse processo de homogeneização/diferenciação o cotidiano se produz e se refaz. Ora pelas permanências ora pelas mudanças que, embora se apresentem como contraditórias, constituem parte de um mesmo processo: o da produção capitalista do espaço.

## REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade e a organização do espaço. **Revista do departamento de Geografia da USP**. São Paulo: V. 1, 1982

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: UNESP, 2009.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Expansão do comércio, dos serviços e as novas práticas de consumo em pequenas cidades do Rio Grande do Norte. In SEGUI, Ana Espinosa; BURGOS< Francisco Javier Antón (Orgs) **El papel de los servicios em La construcción del território**: redes e actores. Universitat d'Alicant. Espanha. 2015.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Anieres Barbosa da; SILVA, Valdenildo Pedro da.(Orgs). **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. Natal: EDUFERN, 2009.

PESSOA, Jomara Dantas. **Dinâmica de reprodução do comércio e os novos papéis urbanos de pequenas cidades norte-rio-grandenses**: um olhar a partir das redes associativistas de supermercados. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SALGUEIRO, Teresa Barata; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio. Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In. CARRERAS, Carles; **PACHECO**, Suzana Mara Miranda (Orgs). **Cidade e Comércio**: a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.